

# 'O pacote fiscal tem que ter credibilidade'

Raul Velloso diz que ajuste das contas não deve ser feito com ênfase nas receitas

## ENTREVISTA

### Raul Velloso

• O pacote que o Governo está preparando tem que ser radicalmente diferente do editado em novembro de 97. Até para recuperar sua credibilidade, a equipe econômica terá que propor medidas que tenham efeito imediato, com cortes eficazes. É o que diz o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. Lembrando que a receita do Governo aumentou 60% de 95 a 98, ele opina que agora a ênfase deve ser dada na redução de despesas. Do contrário, diz, não dará certo.

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA

**O GLOBO:** Quais as condições para que esse ajuste fiscal dê certo?

**RAUL VELLOSO:** É preciso que o pacote tenha credibilidade e, para isso, não pode ter ênfase no lado da receita, porque ela já cresceu muito. De 95 a 98, a receita líquida federal cresceu 60%, passando de R\$ 61,4 bilhões para R\$ 97,7 bilhões. Então dá a sensação de que o Governo estará pedindo à sociedade para pagar de novo a conta. Em segundo lugar, estamos entrando em uma recessão, ou algo parecido, e como se vai tirar mais da sociedade? Em terceiro, tem a reforma tributária, que busca aumentar a competitividade. Conclui-se que o pacote deveria somente buscar formas de repor as perdas de receita em 99.

• Quais as perdas de 99?

*"O pacote deveria somente buscar formas de repor as perdas de receita em 99. As medidas têm que ser propostas num dia e entrar em vigor no dia seguinte"*

RAUL VELLOSO

**VELOSO:** A principal é a do Imposto de Renda sobre estoque de aplicações financeiras, que representou uma receita de R\$ 2,4 bilhões este ano e não se repetirá mais. Contas abandonadas, pagamentos de impostos atrasados de autarquias e estatais, que não se repetirão, resultam em uma perda de R\$ 1,2 bilhão. No total, são R\$ 3,6 bilhões, sem contar as receitas de concessões que serão menores no ano que vem, até porque estão sendo feitas antecipações de pagamentos, como no caso da Telebrás.

• Além da credibilidade, quais as outras condições?

**VELLOSO:** O pacote tem que ser simples, rápido e auto-aplicável. Se vier um pacote complicado, as pessoas terão dificuldades em entender, como foi aquele pacote 51 (de novembro de 1997).

• Ser auto-aplicável significa não depender do Congresso?

**VELLOSO:** Significa que as medidas são propostas em um dia e entram em vigor no dia seguinte.

• É indispensável incluir os estados no esforço de ajuste?

**VELLOSO:** Para chegar a números tão grandes não é possível fi-

car restrito ao Governo federal. E não adianta vir com Lei Complementar, porque isso é uma lei complementar e é difícil e demorado aprová-la no Congresso. Leva seis meses, não serve.

• Como devem ser os cortes?

**VELLOSO:** Será preciso que avaliem qual será a execução provável de Outros Custeios de Capital (item do Orçamento que inclui obras e gastos com manutenção do Governo federal). Se gastaram R\$ 40 bilhões este ano e querem cortar R\$ 10 bilhões em 99, terão primeiro que mostrar que a proposta orçamentária do ano que vem está inchada, que ela tem na realidade R\$ 70 bilhões, por exemplo. Então, os cortes teriam que ser de R\$ 40 bilhões em relação ao previsto no Orçamento, e não só de R\$ 10 bilhões.

• E o que acontece se o pacote não for diferente do de novembro do ano passado?

**VELLOSO:** O FMI vai enrolando, não faz o acordo. Veremos uma situação em que dirão que não deu tempo de negociar, vão empurrando.

• Tem como cortar no item Outros Custeios de Capital (OCC)?

**VELLOSO:** Acho errado cortar o OCC. No OCC, o ajuste seria só no Governo federal. O OCC de 98 ficou em R\$ 40 bilhões, mas chegou a ser de R\$ 77 bilhões em 1987. Caiu para R\$ 22 bilhões em 1995 e agora está voltando um pouco. Se vou cortar fundo o OCC, não tem como evitar cortes na saúde. E isso é possível? Não.

• Para onde foram R\$ 36 bilhões de aumento da receita líquida em 1998?

**VELLOSO:** Uma parte foi para o OCC, mas a maior parte foi para a Previdência, incluindo INSS e servidores públicos federais. Em 1987, a previdência tinha um superávit de R\$ 6,4 bilhões e em 98 o déficit deve ficar em R\$ 26,7 bilhões. Por tudo isso, por exclusão, o ajuste teria que se concentrar em pessoal e Previdência.

• Quando a dívida vai parar de crescer em relação ao PIB?

**VELLOSO:** Ainda continuará a crescer em 99 e em 2000. Este ano, a dívida vai fechar em 40% do PIB. O grande drama é que, mesmo que a taxa de juros volte a 20% ao ano, os juros médios sobre o total da dívida ficariam em torno de 18% ao ano e as despesas totais de juros ficariam próximas a 7% do PIB. O drama é que para a dívida não crescer, o déficit nominal teria que ser zero.

• Para estabilizar a dívida será preciso voltar a crescer e que os juros caiam significativamente?

**VELLOSO:** Uma combinação de taxas de juros em queda, volta do crescimento, privatização e não explicitar esqueletos. ■